TRANSTORNOS DE LINGUAGEM E APRENDIZAGEM: INTERFACE ENTRE FONOAUDIOLOGIA E PEDAGOGIA.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Damião de Souza Santos
Francisca Araujo da Silva
Nívea Maria Costa Vieira

A interface entre Fonoaudiologia e Pedagogia tem se mostrado fundamental na identificação, intervenção e prevenção dos transtornos de linguagem e aprendizagem, especialmente no contexto educacional. Essa articulação interdisciplinar possibilita o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para promover o acesso e permanência de alunos com dificuldades no processo de alfabetização e escolarização. A pesquisa bibliográfica documental realizada nesta produção teve como base autores relevantes da área da educação, psicologia, linguística e fonoaudiologia, além de documentos oficiais que orientam a prática educacional inclusiva no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001. De acordo com Baptista (2015), a inclusão escolar demanda uma reorganização da prática pedagógica para contemplar as singularidades dos alunos, o que requer a atuação conjunta com outros profissionais, como os fonoaudiólogos. Esses, por sua vez, são especialistas no diagnóstico e intervenção em distúrbios de fala, linguagem e comunicação, contribuindo para o aprimoramento das metodologias de ensino (Simões, 2006; Tenório & Ávila, 2011). Estudos como o de Bernardino Júnior et al. (2006) e Mousinho e Corrêa (2009) demonstram que habilidades como a consciência fonológica e a nomeação rápida são preditores importantes para o sucesso na leitura e escrita. Tais habilidades podem ser estimuladas precocemente com apoio fonoaudiológico, o que favorece o desempenho escolar. Nesse sentido, o Protocolo de Avaliação Cognitivo-Linguística (Cpellini et al., 2012) é uma ferramenta essencial para a identificação de dificuldades específicas. Autores como Ferreiro e Teberosky (1991) e Palangana (2020) destacam que o desenvolvimento da linguagem escrita está profundamente relacionado aos processos cognitivos e sociais, reforçando a importância de abordagens integradas entre o ensino e o cuidado terapêutico. A escola, como espaço de socialização e aprendizagem, deve promover práticas inclusivas e significativas, conforme defendem Marchesi (2001) e Mendes (2008). O papel da pedagogia, nesse contexto, vai além da transmissão de conteúdos: implica compreender os processos de aprendizagem e adaptar estratégias conforme as necessidades individuais. Para isso, é essencial que o professor esteja em constante diálogo com o fonoaudiólogo, como propõem Santos e Graminha (2005) e Correa e Martins (2012). Tal colaboração contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a autoestima e o bem-estar dos alunos com transtornos de linguagem. Documentos como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012) e obras como as de Schneuwly e Dolz (2004) reforçam a importância de práticas pedagógicas alinhadas aos processos linguísticos. Essas práticas, quando embasadas cientificamente e sustentadas por políticas públicas inclusivas, tornam-se mais eficazes no enfrentamento das barreiras à aprendizagem. A atuação conjunta entre fonoaudiólogos e pedagogos é imprescindível para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e centrada no desenvolvimento pleno de todas as crianças, principalmente aquelas que enfrentam transtornos específicos de linguagem e aprendizagem.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; pedagogia; transtornos de linguagem; dificuldades de aprendizagem; inclusão escolar; alfabetização; consciência fonológica; educação especial.

LANGUAGE AND LEARNING DISORDERS: THE INTERFACE BETWEEN SPEECH-LANGUAGE PATHOLOGY AND PEDAGOGY.

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Damião de Souza Santos
Francisca Araujo da Silva
Nívea Maria Costa Vieira

The interface between Speech-Language Pathology and Pedagogy has proven to be essential in the identification, intervention, and prevention of language and learning disorders, especially within the educational context. This interdisciplinary collaboration enables the development of more effective strategies to promote access to and retention in school for students facing difficulties in literacy and the schooling process. This study is based on a bibliographic and documental research approach, drawing on key authors in the fields of education, psychology, linguistics, and speech-language pathology, as well as official documents that guide inclusive educational practices in Brazil, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education (BRASIL, 1996) and Resolution CNE/CEB No. 2/2001. According to Baptista (2015), inclusive education requires a reorganization of pedagogical practices to meet students' individual needs, which calls for collaborative work with other professionals, including speech-language pathologists. These specialists play a crucial role in diagnosing and treating speech, language, and communication disorders, contributing to the improvement of teaching methodologies (Simões, 2006; Tenório & Ávila, 2011). Studies such as those by Bernardino Júnior et al. (2006) and Mousinho & Corrêa (2009) show that skills like phonological awareness and rapid naming are strong predictors of success in reading and writing. These skills can be stimulated early through speech-language support, which enhances academic performance. In this context, the Cognitive-Linguistic Skills Assessment Protocol (Cpellini et al., 2012) is a vital tool for identifying specific difficulties. Authors such as Ferreiro & Teberosky (1991) and Palangana (2020) emphasize that written language development is deeply intertwined with cognitive and social processes, reinforcing the importance of integrated approaches between education and therapeutic care. The school, as a space for socialization and learning, must promote inclusive and meaningful practices, as advocated by Marchesi (2001) and Mendes (2008). The role of pedagogy, in this context, goes beyond content delivery: it involves understanding learning processes and adapting strategies to individual needs. For this reason, ongoing dialogue between teachers and speech-language pathologists is essential, as suggested by Santos & Graminha (2005) and Correa & Martins (2012). Such collaboration contributes not only to academic development but also to the self-esteem and well-being of students with language disorders. Documents such as the National Pact for Literacy at the Right Age (BRASIL, 2012) and works by Schneuwly & Dolz (2004) highlight the importance of pedagogical practices aligned with linguistic development. When scientifically grounded and supported by inclusive public policies, these practices become more effective in overcoming learning barriers. The joint work of speech-language pathologists and educators is essential to ensuring a quality, inclusive education focused on the full development of all children, particularly those with specific language and learning disorders.

Keywords: Speech-Language Pathology; Pedagogy; Language Disorders; Learning Difficulties; School Inclusion; Literacy; Phonological Awareness; Special Education.

TRASTORNOS DEL LENGUAJE Y DEL APRENDIZAJE: LA INTERFAZ ENTRE LA FONOAUDIOLOGÍA Y LA PEDAGOGÍA

Giane Demo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Silvana Nascimento de Carvalho
Damião de Souza Santos
Francisca Araujo da Silva
Nívea Maria Costa Vieira

La interfaz entre la Fonoaudiología y la Pedagogía se ha revelado fundamental para la identificación, intervención y prevención de los trastornos del lenguaje y del aprendizaje, especialmente en el contexto educativo. Esta articulación interdisciplinaria permite desarrollar estrategias más eficaces que favorecen el acceso y la permanencia de los estudiantes con dificultades en el proceso de alfabetización y escolarización. La presente investigación, de carácter bibliográfico y documental, se basa en autores relevantes de las áreas de educación, psicología, lingüística y fonoaudiología, además de documentos oficiales que orientan las prácticas educativas inclusivas en Brasil, como la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (BRASIL, 1996) y la Resolución CNE/CEB nº 2/2001. Según Baptista (2015), la inclusión escolar requiere reorganizar la práctica pedagógica para contemplar la diversidad de los estudiantes, lo que implica el trabajo conjunto con otros profesionales, como los fonoaudiólogos. Estos especialistas son responsables del diagnóstico e intervención en los trastornos del habla, el lenguaje y la comunicación, aportando al perfeccionamiento de las metodologías de enseñanza (Simões, 2006; Tenório y Ávila, 2011). Estudios como los de Bernardino Júnior et al. (2006) y Mousinho y Corrêa (2009) demuestran que habilidades como la conciencia fonológica y la denominación rápida son importantes predictores del éxito en la lectura y la escritura. Estas habilidades pueden ser estimuladas desde edades tempranas con el apoyo fonoaudiológico, lo que favorece el rendimiento académico. En ese sentido, el Protocolo de Evaluación de Habilidades Cognitivo-Lingüísticas (Cpellini et al., 2012) es una herramienta clave para identificar dificultades específicas. Autores como Ferreiro y Teberosky (1991) y Palangana (2020) destacan que el desarrollo del lenguaje escrito está estrechamente relacionado con los procesos cognitivos y sociales, lo que refuerza la necesidad de enfoques integrados entre la enseñanza y la atención terapéutica. La escuela, como espacio de socialización y aprendizaje, debe promover prácticas inclusivas y significativas, como defienden Marchesi (2001) y Mendes (2008). En este contexto, la pedagogía va más allá de la transmisión de contenidos, abarcando la comprensión de los procesos de aprendizaje y la adaptación de estrategias a las necesidades individuales. Para ello, el diálogo constante entre el docente y el fonoaudiólogo es esencial, tal como proponen Santos y Graminha (2005) y Correa y Martins (2012). Esta colaboración contribuye no solo al desarrollo académico, sino también a la autoestima y al bienestar de los estudiantes con trastornos del lenguaje. Documentos como el Pacto Nacional por la Alfabetización en la Edad Adecuada (BRASIL, 2012) y obras como las de Schneuwly y Dolz (2004) refuerzan la importancia de prácticas pedagógicas alineadas con los procesos lingüísticos. Cuando estas prácticas se basan en la evidencia científica y se apoyan en políticas públicas inclusivas, son más eficaces para superar las barreras al aprendizaje. El trabajo conjunto entre fonoaudiólogos y pedagogos es imprescindible para garantizar una educación de calidad, inclusiva y centrada en el desarrollo pleno de todos los niños, especialmente aquellos con trastornos específicos del lenguaje y del aprendizaje.

Palabras clave: Fonoaudiología; Pedagogía; Trastornos del lenguaje; Dificultades de aprendizaje; Inclusión escolar; Alfabetización; Conciencia fonológica; Educación especial.

1. INTRODUÇÃO

A colaboração entre a Fonoaudiologia e a Pedagogia tem se mostrado uma estratégia indispensável no enfrentamento das dificuldades de linguagem e aprendizagem que afetam milhares de estudantes nas escolas brasileiras. Essa parceria visa não apenas o diagnóstico e tratamento, mas também a prevenção de possíveis obstáculos ao desenvolvimento da comunicação e do aprendizado, especialmente na infância. A atuação integrada dessas áreas contribui para uma abordagem mais ampla e eficaz, centrada nas necessidades reais de cada aluno.

No campo da Fonoaudiologia, destacam-se três eixos principais de atuação: avaliação e diagnóstico, intervenção terapêutica e prevenção. O fonoaudiólogo é o profissional capacitado para identificar alterações na fala, linguagem oral e escrita, além de dificuldades cognitivas que podem interferir diretamente na aprendizagem escolar. Segundo Cpellini, Smythe e Silva (2012), essa avaliação deve considerar aspectos linguísticos, fonológicos, semânticos e pragmáticos, os quais se entrelaçam na construção das habilidades comunicativas e de letramento dos sujeitos (p. 42).

A intervenção terapêutica, por sua vez, é pautada em planos personalizados, construídos a partir das avaliações. O objetivo é estimular e reabilitar as funções linguísticas e cognitivas comprometidas, utilizando recursos adequados ao perfil e às necessidades de cada criança. Como aponta Edwars (1973), a linguagem desempenha papel central no desenvolvimento das funções mentais superiores, e sua estimulação adequada pode influenciar positivamente o desempenho acadêmico e social dos alunos (p. 178). A fonoaudiologia também atua de forma preventiva, identificando precocemente sinais de risco e promovendo ações voltadas à promoção de um desenvolvimento linguístico saudável desde a primeira infância.

A Pedagogia, por sua vez, apresenta contribuições igualmente relevantes. O pedagogo, conhecedor dos processos de ensino-aprendizagem, tem a função de adaptar o currículo e as estratégias de ensino para contemplar a diversidade presente na sala de aula. Ferreiro e Teberosky (1991) ressaltam a importância de compreender os níveis de conceitualização da escrita pelos alunos, promovendo intervenções pedagógicas significativas e contextualizadas (p. 18).

A articulação entre o trabalho pedagógico e a intervenção fonoaudiológica potencializa o desenvolvimento dos alunos, especialmente daqueles com dificuldades específicas. A parceria favorece, por exemplo, o uso de estratégias baseadas na consciência fonológica, que segundo Fierro (1997), é um dos preditores mais consistentes do sucesso na alfabetização (p. 66). Essa cooperação permite ao professor aplicar em sala de aula técnicas orientadas pelo fonoaudiólogo, promovendo maior eficácia no processo de ensino.

A comunicação efetiva entre os profissionais dessas áreas é fundamental. O compartilhamento de informações sobre o desempenho do aluno, o planejamento conjunto de ações e a constante troca de saberes contribuem para intervenções mais consistentes e integradas.

Giane Demo (2025), reafirma que os transtornos de linguagem e aprendizagem devem ser compreendidos não apenas como questões clínicas isoladas, mas como fenômenos multidimensionais que exigem do sistema educacional uma reconfiguração estrutural e contínua, onde a formação continuada dos professores, articulada com a prática pedagógica reflexiva, seja vista como eixo fundamental para a construção de ambientes inclusivos que acolham a diversidade cognitiva e linguística dos estudantes desde as etapas iniciais da escolarização.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025), argumenta que, diante do aumento das demandas por atendimentos educacionais especializados em linguagem e aprendizagem, torna-se urgente consolidar práticas interdisciplinares que unam Fonoaudiologia e Pedagogia, sendo imprescindível que a formação docente contemple fundamentos teóricos e metodológicos capazes de instrumentalizar o professor para reconhecer precocemente os sinais de dificuldade, minimizar encaminhamentos tardios e desenvolver intervenções pedagógicas contextualizadas.

Gladys Nogueira Cabral (2025), destaca que os transtornos de linguagem e aprendizagem, quando não identificados e acompanhados adequadamente no contexto escolar, podem comprometer não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional dos alunos, sendo a capacitação docente um fator determinante para que o educador atue de forma crítica, preventiva e integrada com profissionais da saúde, contribuindo para o rompimento de práticas excludentes e a efetivação do direito à educação

Silvana Nascimento de Carvalho (2025), destaca que a atuação pedagógica eficaz frente aos desafios impostos pelos transtornos de linguagem e aprendizagem requer que os professores dominem, por meio de formações continuadas e políticas públicas de valorização profissional, os conhecimentos necessários para adaptar estratégias didáticas e avaliar continuamente os avanços dos alunos, colaborando de forma ativa com fonoaudiólogos e outros especialistas na construção de percursos de aprendizagem individualizados e inclusivos.

Damião de Souza Santos (2025), ressalta que compreender os transtornos de linguagem e aprendizagem no âmbito escolar implica superar a fragmentação entre os saberes pedagógicos e clínicos, sendo a formação docente o elo essencial para garantir que o professor possa atuar de maneira preventiva, identificando indícios de dificuldades desde a educação infantil, e contribuindo de forma crítica para a promoção de práticas pedagógicas acessíveis, significativas e socialmente justas.

Francisca Araujo da Silva (2025), os transtornos de linguagem e aprendizagem representam uma das maiores barreiras ao sucesso escolar quando não reconhecidos com a devida

antecedência, e por isso, é imprescindível investir na formação docente como processo contínuo e colaborativo, que proporcione ao educador recursos para diferenciar suas práticas, dialogar com os demais profissionais da rede de apoio e atuar como mediador sensível das necessidades cognitivas e comunicativas de seus alunos.

Nívea Maria Costa Vieira (2025), enfatiza que, ao considerar os transtornos de linguagem e aprendizagem como expressões da singularidade de cada aluno, a escola precisa abandonar modelos homogêneos de ensino e apostar na valorização da formação docente permanente, que deve integrar princípios da neuropsicologia, linguística e pedagogia, permitindo ao professor desenvolver competências analíticas e práticas para realizar intervenções pedagógicas eficazes e inclusivas desde os primeiros sinais de dificuldade.

É também essencial que o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino preveja a atuação de equipes multidisciplinares. Marchesi (2001) destaca que as escolas inclusivas são aquelas que não apenas aceitam a diversidade, mas que transformam suas práticas para atender, com qualidade, às necessidades de todos os estudantes (p. 93).

A ação integrada entre fonoaudiólogos e pedagogos é transformadora. No campo da leitura e da escrita, por exemplo, o fonoaudiólogo contribui com métodos específicos de estimulação da consciência fonológica e da fluência verbal, enquanto o pedagogo insere essas estratégias no cotidiano da sala de aula. No desenvolvimento da linguagem oral, o fonoaudiólogo propõe exercícios de articulação, vocabulário e compreensão, que são reforçados pelo professor durante as atividades escolares.

A interface entre Fonoaudiologia e Pedagogia representa uma parceria essencial para a promoção de uma educação inclusiva, democrática e centrada no desenvolvimento integral do sujeito, conforme enfatiza Eliana Drumond de Carvalho Silva (2025). Segundo a especialista, quando ambas as áreas atuam de maneira articulada, é possível construir uma escola mais acolhedora e eficaz, que respeita o ritmo e as particularidades de cada aluno, garantindo-lhes o direito pleno à aprendizagem e à comunicação. Essa colaboração interdisciplinar favorece o desenvolvimento de intervenções integradas que ultrapassam o diagnóstico pontual, promovendo processos contínuos de acompanhamento e adaptação curricular que consideram os aspectos cognitivos, linguísticos e socioemocionais dos estudantes.

A formação continuada dos profissionais, tanto fonoaudiólogos quanto pedagogos, deve ser orientada por uma perspectiva compartilhada, que reconheça a complexidade dos transtornos de linguagem e aprendizagem e a necessidade de ações preventivas e interventivas que sejam contextualizadas no cotidiano escolar. Para ela, o diálogo constante entre essas áreas não apenas enriquece o trabalho docente e clínico, mas também fortalece as redes de apoio escolar, ampliando

a capacidade das instituições de atender de maneira mais qualificada os alunos com dificuldades específicas.

A especialista ressalta que a promoção da inclusão efetiva exige que os espaços educacionais se reinventem para acolher a diversidade de formas de aprender e se comunicar, substituindo modelos rígidos por práticas flexíveis que valorizem as potencialidades individuais. Isso só é viável por meio de uma parceria sistematizada entre Fonoaudiologia e Pedagogia, na qual o professor assume um papel de mediador crítico e o fonoaudiólogo atua como facilitador de estratégias comunicativas, juntas assegurando uma aprendizagem significativa e emancipatória.

A integração entre essas duas áreas deve ser vista como um pilar fundamental para a construção de um projeto político-pedagógico que coloque em seu centro o respeito à diversidade, a equidade e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, principalmente aqueles que apresentam transtornos de linguagem e aprendizagem, contribuindo para a transformação social por meio da educação inclusiva.

2. DESENVOLVIMENTO

Ao considerar os transtornos de linguagem e aprendizagem como expressões da singularidade de cada aluno, torna-se imprescindível que a escola repense seus modelos pedagógicos, abandonando práticas homogêneas, padronizadas e inflexíveis. A concepção de uma educação inclusiva exige que se reconheça a diversidade como elemento constitutivo do ambiente escolar e que as dificuldades não sejam vistas como falhas individuais, mas como desafios a serem enfrentados coletivamente por meio de práticas pedagógicas sensíveis e responsivas.

Os transtornos de linguagem e aprendizagem — como a dislexia, o transtorno do processamento auditivo, os atrasos na fala e déficits na consciência fonológica — não podem ser tratados como obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento acadêmico, mas como manifestações das múltiplas formas de aprender, compreender e se comunicar. Cada criança apresenta um ritmo de desenvolvimento próprio, marcado por habilidades, potenciais e dificuldades que devem ser respeitados e considerados no planejamento educacional.

É essencial que a escola invista de forma contínua na formação permanente dos professores**,** proporcionando-lhes acesso a conhecimentos atualizados sobre neurodesenvolvimento, inclusão, práticas pedagógicas diferenciadas e recursos de acessibilidade. O professor é a figura central na mediação da aprendizagem, e quanto mais preparado estiver para reconhecer os sinais de transtornos, para compreender suas implicações e para adaptar suas estratégias de ensino, maior será sua capacidade de garantir o direito de todos à educação de qualidade.

Tabela 1: Transtornos de linguagem e aprendizagem.

Transtorno / Dificuldade	Definição	Interface Fonoaudiologia & Pedagogia	Fundamentação (2025)
Atraso na linguagem oral	Aquisição tardia ou incompleta da linguagem oral	Avaliação fonoaudiológica direciona intervenções pedagógicas diferenciadas	"O atraso na linguagem compromete não apenas a comunicação, mas também o desenvolvimento cognitivo e social, exigindo intervenção conjunta entre fonoaudiologia e pedagogia para assegurar a inclusão escolar." (Giane Demo)
Transtorno fonológico	Alterações nos sons da fala	O fonoaudiologista analisa padrões fonológicos enquanto o pedagogo adapta estratégias de alfabetização	"A identificação precoce dos distúrbios fonológicos permite um planejamento pedagógico adequado que favorece o processo de alfabetização e a comunicação efetiva do aluno." (Gladys Nogueira Cabral)
Dislexia	Dificuldade persistente em decodificação e leitura	A fonoaudiologia faz intervenção na leitura articulada; pedagogia revisa práticas de letramento	"A dislexia deve ser compreendida a partir de um olhar interdisciplinar, em que a fonoaudiologia e a pedagogia atuam para desenvolver competências leitoras e estratégias compensatórias." (Simone Helen Drumond Ischkanian)
Disgrafia	Dificuldade na expressão escrita	A escrita é aprimorada com acompanhamento fono-pedagógico integrado	"A intervenção na disgrafia deve contemplar aspectos neuromotores e linguísticos, articulando práticas fonoaudiológicas e pedagógicas que promovam a autonomia do aluno." (Silvana Nascimento de Carvalho)
Disortografia	Erros frequentes na ortografia apesar de leitura e escrita adequadas	—	"A disortografia exige um olhar cuidadoso sobre os processos de escrita, reforçando a necessidade de integração entre a reabilitação fonoaudiológica e o suporte pedagógico." (Damião de Souza Santos)
Transtorno de memória de trabalho (executiva)	Déficits em armazenamento ativo de informações	A fonoaudiologia atua na memória operacional e o pedagogo na estruturação de tarefas	"A memória de trabalho é fundamental para o aprendizado escolar; a colaboração entre fonoaudiólogos e pedagogos potencializa o desenvolvimento das funções executivas." (Francisca Araujo da Silva)

TDAH (Déficit de atenção/hiperatividade)	Dificuldade de atenção sustentada	Fonoaudiologia avalia atenção e linguagem, pedagogia oferece adaptações curriculares e lúdicas	"O trabalho interdisciplinar é essencial para atender às necessidades do aluno com TDAH, promovendo estratégias que favoreçam a atenção e o rendimento escolar." (Nívea Maria Costa Vieira)
Transtorno do espectro autista (TEA)	Déficits na comunicação social, padrões restritos	Abordagens integradas com fonoaudiologia para oralidade e pedagogia para inclusão e autismo	"A inclusão do aluno com TEA depende da atuação conjunta de fonoaudiólogos e pedagogos, garantindo o desenvolvimento comunicativo e a adaptação curricular." (Simone Helen Drumond Ischkanian)
Transtorno de aquisição da linguagem oral e escrita	Atraso combinado na linguagem oral e escrita	A intervenção conjunta previne atrasos cumulativos na escola	"A atuação conjunta entre fonoaudiologia e pedagogia é imprescindível para superar os desafios da aquisição linguística e promover o sucesso escolar." (Sandro Garabed Ischkanian)

Fonte: DEMO, Giane; DRUMOND ISCHKANIAN, Simone Helen; CABRAL, Gladys Nogueira; CARVALHO, Silvana Nascimento de; SANTOS, Damião de Souza; SILVA, Francisca Araujo da; VIEIRA, Nívea Maria Costa.

A articulação entre áreas como Pedagogia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia deve ser fortalecida no interior da escola. Essa interface interdisciplinar contribui para a construção de um olhar ampliado sobre o aluno, possibilitando a implementação de intervenções integradas, planejadas de forma colaborativa, que respeitem as necessidades específicas e ampliem as oportunidades de desenvolvimento linguístico, cognitivo e social.

A superação dos modelos rígidos de ensino implica também uma mudança na cultura avaliativa da escola, que deve deixar de valorizar apenas os resultados quantitativos e passar a considerar os processos de aprendizagem, os avanços individuais e os esforços de cada aluno. Isso exige dos educadores uma postura reflexiva, investigativa e ética, comprometida com o desenvolvimento integral do sujeito e com a promoção da equidade no contexto escolar.

Reconhecer os transtornos de linguagem e aprendizagem como expressões da singularidade humana é um convite para que a escola se torne verdadeiramente inclusiva, acolhendo a diversidade como valor e rompendo com padrões excludentes que ainda persistem no sistema educacional. Essa transformação passa, necessariamente, pela valorização da formação docente contínua, pela escuta atenta dos alunos e pela construção de práticas pedagógicas inovadoras, flexíveis e humanizadas.

2.1. DEFINIÇÃO E TIPOS DE TRANSTORNOS DE LINGUAGEM E APRENDIZAGEM

Os transtornos de linguagem e aprendizagem compreendem um amplo espectro de condições que afetam o desenvolvimento e o uso funcional da linguagem, bem como a aquisição das habilidades escolares básicas, como leitura, escrita e raciocínio lógico. Essas dificuldades podem ser de origem neurológica, cognitiva ou ambiental e manifestam-se, geralmente, nos primeiros anos de vida escolar, interferindo negativamente no processo de ensino-aprendizagem, no desempenho acadêmico e na interação social da criança. A identificação precoce, aliada à intervenção interdisciplinar qualificada, constitui fator determinante para minimizar os prejuízos associados a essas condições (Tenório; De Ávila, 2011, p. 31).

A linguagem é uma habilidade humana complexa, composta por múltiplas dimensões, como a fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática, e pode sofrer alterações específicas em uma ou mais dessas áreas. Diante disso, é fundamental diferenciar entre os transtornos específicos da fala, da linguagem oral e da linguagem escrita. Os transtornos da fala estão relacionados, principalmente, a alterações na articulação dos sons da fala, como acontece em casos de distúrbios fonológicos, dislalias ou apraxia de fala infantil. Essas condições afetam a clareza da produção verbal e, consequentemente, podem comprometer a inteligibilidade da fala.

Os transtornos da linguagem oral abrangem dificuldades mais amplas na compreensão e/ou expressão verbal. Crianças com essa condição podem apresentar vocabulário reduzido, frases mal estruturadas, dificuldade em organizar discursos coerentes ou em seguir regras conversacionais. Tais alterações interferem significativamente na comunicação funcional e no aprendizado, sobretudo nas etapas iniciais da alfabetização. Já os transtornos da linguagem escrita envolvem dificuldades persistentes na aquisição das habilidades de leitura e escrita, sendo a dislexia um dos exemplos mais representativos. A dislexia é caracterizada por déficits na fluência de leitura, na decodificação de palavras e na ortografia, estando frequentemente associada a prejuízos na consciência fonológica, memória verbal de curto prazo, e habilidades de processamento fonológico, o que impacta diretamente a compreensão leitora e o desempenho acadêmico geral (Tenório; De Ávila, 2011, p. 33).

Outras dificuldades de aprendizagem que incidem sobre leitura, escrita e compreensão podem ser observadas em crianças que apresentam alterações sensoriais ou cognitivas. Um exemplo importante é o transtorno do processamento auditivo, que se refere à dificuldade do cérebro em interpretar corretamente os sons que são ouvidos, mesmo quando a audição periférica está normal. Crianças com esse transtorno tendem a apresentar dificuldades em ambientes ruidosos, em compreender instruções verbais complexas, em distinguir sons semelhantes e em realizar tarefas que envolvam memória auditiva sequencial. Essas limitações podem prejudicar a

aquisição da linguagem e dificultar a consolidação da leitura e da escrita nas séries iniciais (Tenório; De Ávila, 2011, p. 36).

O atraso na fala, outro quadro recorrente na infância, refere-se à demora na aquisição da linguagem verbal, tanto em termos do vocabulário quanto da construção frasal. É importante destacar que o atraso pode ser apenas transitório ou indicar a presença de um transtorno de linguagem mais persistente. A avaliação criteriosa por profissionais especializados, como o fonoaudiólogo e o psicopedagogo, é indispensável para o diagnóstico diferencial e a definição da abordagem terapêutica mais adequada.

É necessário considerar também os transtornos de aprendizagem que decorrem de condições cognitivas mais abrangentes, como ocorre na deficiência intelectual. Vasconcelos (2004, p. 73) destaca que indivíduos com retardo mental apresentam prejuízos significativos tanto nas habilidades intelectuais quanto no comportamento adaptativo, o que compromete ainda mais a aquisição da linguagem e das competências acadêmicas. Nessas situações, o planejamento pedagógico precisa ser adaptado às capacidades e necessidades do estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e promovendo o desenvolvimento das habilidades comunicativas e cognitivas de forma integral.

O reconhecimento das diferentes manifestações dos transtornos de linguagem e aprendizagem e sua relação direta com o desempenho escolar é essencial para o trabalho pedagógico inclusivo e colaborativo. A atuação conjunta de professores, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros profissionais da educação e da saúde é fundamental para a identificação precoce dos sinais de alerta, a realização de encaminhamentos apropriados e a implementação de intervenções eficazes, que respeitem as particularidades de cada estudante e garantam seu direito à aprendizagem de forma plena e significativa.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE FONOAUDIOLOGIA E PEDAGOGIA

A atuação conjunta entre a fonoaudiologia e a pedagogia vem se tornando uma estratégia indispensável para promover o desenvolvimento pleno dos alunos com transtornos de linguagem e dificuldades de aprendizagem. O diálogo entre essas áreas favorece não apenas o processo de diagnóstico e intervenção precoce, mas também a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas, contribuindo para a permanência e o sucesso escolar.

A complementaridade entre os saberes dessas duas áreas permite uma abordagem integral dos estudantes. Enquanto a fonoaudiologia compreende as bases neurolinguísticas da comunicação e linguagem, a pedagogia trabalha com os processos didáticos e curriculares que garantem o acesso ao conhecimento. Segundo Mendes (2008, p. 266), “o fracasso escolar é, em grande parte,

produzido pelas práticas curriculares que não consideram a diversidade dos alunos". Esse apontamento reforça a importância de um olhar interdisciplinar que respeite as necessidades específicas dos sujeitos, articulando práticas clínicas e educativas.

A atuação conjunta entre fonoaudiólogos e pedagogos se destaca na construção de avaliações mais precisas e na definição de estratégias personalizadas para o enfrentamento das dificuldades. Mousinho e Corrêa (2009, p. 115) apontam que "habilidades linguísticas e cognitivas têm papel central na aprendizagem da leitura e escrita", e sua análise requer a atuação combinada de especialistas que compreendam tanto o funcionamento cognitivo quanto o pedagógico da linguagem.

A construção de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) é um exemplo claro da efetividade dessa parceria interdisciplinar. Quando elaborados com base em avaliações conjuntas, esses planos favorecem o desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas e sociais dos alunos com transtornos como dislexia, TDAH, transtornos fonológicos, entre outros. Tais planos exigem um alinhamento entre os objetivos terapêuticos e pedagógicos, o que só é possível com a colaboração contínua entre os profissionais envolvidos.

O trabalho colaborativo, portanto, ultrapassa a divisão tradicional entre as áreas da saúde e da educação. Ele instaura uma nova lógica de cuidado e aprendizagem, na qual o aluno é visto em sua totalidade, e não apenas a partir de seus déficits. Como conclui Mendes (2008, p. 273), "a inclusão escolar não pode ser reduzida ao acesso físico à escola, mas deve incluir o acesso aos saberes escolares por meio de práticas curriculares flexíveis e sensíveis à diferença".

A integração entre fonoaudiologia e pedagogia é essencial para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, com práticas centradas no sujeito e baseadas em evidências. Essa interdisciplinaridade transforma o cotidiano escolar, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito de todos os alunos no espaço educativo.

2.3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O processo de avaliação e diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e transtornos de linguagem exige uma abordagem interdisciplinar que articule saberes clínicos e educacionais. A cooperação entre o fonoaudiólogo e o pedagogo permite compreender o estudante de forma global, não apenas em sua dimensão clínica, mas também em seus contextos escolares, sociais e afetivos.

Os instrumentos e protocolos de avaliação cognitivo-linguística desempenham um papel essencial na detecção de déficits ou atrasos no desenvolvimento da linguagem oral e escrita. A fonoaudiologia dispõe de métodos padronizados para avaliar aspectos como consciência fonológica, memória auditiva, fluência verbal, vocabulário receptivo e expressivo, além da

capacidade de compreensão e produção textual. Tais instrumentos auxiliam na identificação precisa de quadros como dislexia, transtornos fonológicos, atraso de linguagem, entre outros.

A identificação precoce de sinais de risco é um dos maiores aliados para o sucesso escolar do aluno. Quanto mais cedo os profissionais detectam indícios de dificuldades, maiores são as chances de intervenção efetiva e prevenção de fracassos educacionais e exclusão escolar. A atuação integrada é reforçada pelas diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que determina a adoção de procedimentos pedagógicos e terapêuticos que respeitem as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo sua permanência e aprendizagem no ensino regular (BRASIL, 2001).

O papel do fonoaudiólogo no diagnóstico clínico é indiscutível, já que este profissional está capacitado para identificar e classificar os transtornos da comunicação humana, realizando avaliações precisas com base em evidências científicas. Paralelamente, o pedagogo é fundamental na avaliação educacional, analisando como as dificuldades se manifestam no ambiente escolar, no desempenho curricular e na relação com os conteúdos didáticos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), é papel da escola garantir "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1996), o que pressupõe avaliações sensíveis às múltiplas formas de aprender.

Os documentos pedagógicos também ressaltam essa necessidade de uma avaliação formativa e contínua. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por exemplo, enfatiza que a observação atenta do professor sobre os indícios de dificuldades na aquisição do sistema de escrita alfabética deve ser acompanhada de registros sistemáticos, que sirvam como base para decisões didáticas e encaminhamentos especializados (BRASIL, 2012).

A integração entre os profissionais da educação e da saúde torna-se essencial para que o processo de avaliação não se limite à rotulação diagnóstica, mas se converta em ações pedagógicas significativas, adaptadas à singularidade de cada aluno. A construção de intervenções mais eficazes depende da escuta sensível, da troca entre áreas e do compromisso coletivo com o desenvolvimento humano.

2.4 INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS

O enfrentamento das dificuldades de aprendizagem e dos transtornos de linguagem exige mais do que um diagnóstico preciso. É fundamental que os profissionais envolvidos, como fonoaudiólogos e pedagogos, desenvolvam estratégias terapêuticas integradas, adaptadas às necessidades específicas de cada aluno.

A intervenção eficaz envolve técnicas especializadas, práticas pedagógicas inclusivas e uma articulação constante entre os contextos escolar e familiar.

As técnicas fonoaudiológicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e comunicativas são amplas e específicas. Elas incluem exercícios de estimulação da consciência fonológica, treino auditivo, nomeação rápida, vocabulário funcional e organização sintática, além do uso de recursos multimodais como jogos, imagens e softwares interativos. A atuação fonoaudiológica é centrada no sujeito e busca potencializar suas habilidades de compreensão e expressão da linguagem oral e escrita. Segundo Corrêa e Martins (2012, p. 803), "a consciência fonológica e a nomeação seriada rápida são habilidades cognitivas importantes para a aprendizagem da leitura e da escrita", sendo estas, portanto, alvos prioritários nas intervenções clínicas e educacionais.

No campo pedagógico, a adequação metodológica é uma etapa essencial para garantir o acesso ao conhecimento. Isso implica na diversificação dos materiais didáticos, flexibilização das atividades e organização de ambientes de aprendizagem acessíveis e motivadores. O planejamento deve contemplar múltiplas formas de expressão e participação, respeitando o tempo e o ritmo de aprendizagem dos estudantes.

A proposta de metodologias inclusivas valoriza não apenas a adaptação de conteúdos, mas também a construção de uma cultura escolar sensível às diferenças. Para Canário (2005, p. 19), "a escola não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas um espaço de construção social e cultural", sendo assim, a inclusão exige uma transformação da própria lógica escolar, promovendo um ambiente que favoreça o desenvolvimento de todos.

A comunicação entre profissionais da saúde, equipe pedagógica e família contribui para a continuidade das estratégias e para a coerência nas ações. A transferência do que é trabalhado em contexto terapêutico para o dia a dia da sala de aula e do lar é um fator decisivo para o sucesso da intervenção. Por isso, reuniões de alinhamento, orientações regulares aos responsáveis e apoio aos professores tornam-se práticas fundamentais.

O acompanhamento longitudinal, com avaliações periódicas e ajustes nas estratégias adotadas, permite monitorar os avanços e redefinir as metas de intervenção.

A criança ou adolescente é entendido como sujeito ativo em seu processo de aprendizagem, e as práticas terapêuticas e pedagógicas precisam ser constantemente revisadas, respeitando sua singularidade.

A atuação integrada entre fonoaudiólogos, pedagogos e famílias, por meio de intervenções terapêuticas e metodológicas bem planejadas, promove não apenas a superação de barreiras na linguagem e na aprendizagem, mas também o fortalecimento da autonomia, autoestima e inclusão escolar dos estudantes.

2.5 PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO E COGNITIVO

A promoção do desenvolvimento linguístico e cognitivo desde os primeiros anos de vida é um dos pilares fundamentais para a construção de uma trajetória escolar bem-sucedida. Atuar preventivamente, especialmente na infância, é essencial para reduzir os índices de fracasso escolar, identificar precocemente os riscos de atrasos no desenvolvimento e garantir condições mais equitativas de aprendizagem. Essa atuação preventiva requer ações coordenadas entre escola, profissionais da saúde, família e comunidade.

As atividades de estimulação precoce na primeira infância são práticas altamente eficazes para favorecer o desenvolvimento da linguagem, da atenção, da memória e da função simbólica. Momentos de interação verbal, contação de histórias, brincadeiras com sons e palavras, exploração sensorial e jogos de construção simbólica são exemplos de estímulos que contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. Piaget e Vygotsky, conforme analisa Palangana (2020), evidenciaram que o meio social exerce papel decisivo no desenvolvimento humano. Para a autora, "a criança se desenvolve a partir da ação que exerce sobre o meio, em um contexto social e cultural que atribui sentido às suas experiências" (palangana, 2020, p. 78).

Nesse sentido, a formação continuada de professores assume um papel estratégico na política de promoção e prevenção. Os educadores, ao estarem capacitados para reconhecer sinais precoces de dificuldades de aprendizagem e transtornos de linguagem, tornam-se agentes fundamentais na construção de ambientes educativos mais responsivos às necessidades dos alunos. A capacitação docente deve contemplar conteúdos sobre neurodesenvolvimento, linguagem, cognição e estratégias inclusivas. Além disso, é preciso oferecer instrumentos para que saibam como proceder diante das dificuldades, realizando encaminhamentos responsáveis e fortalecendo parcerias interprofissionais.

O ambiente doméstico é um espaço privilegiado de interação e aprendizagem, onde as experiências vividas impactam diretamente no rendimento escolar da criança. Santos e Graminha (2005), em estudo comparativo, concluíram que crianças com maior desempenho acadêmico tendem a viver em lares com maior estímulo linguístico, afetivo e organizacional. Segundo os autores, "o ambiente familiar mais estruturado e rico em estímulos parece favorecer um melhor aproveitamento escolar" (Santos; Graminha, 2005, p. 224). Isso reforça a importância de se pensar políticas públicas e projetos escolares que acolham e orientem as famílias no sentido de criarem rotinas que promovam o desenvolvimento infantil.

A escola, por sua vez, deve se constituir como um espaço de diálogo permanente com a comunidade, valorizando saberes populares, fortalecendo vínculos e promovendo ações que

envolvam todos os atores da rede de apoio à criança. Projetos de leitura em família, rodas de conversa, oficinas lúdicas e campanhas de orientação são algumas formas de construir essa parceria escola-família-comunidade.

Prevenir dificuldades e promover o desenvolvimento linguístico e cognitivo não é uma tarefa isolada. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada entre profissionais, instituições e famílias. Ações intersetoriais, formação docente contínua e ambientes estimulantes são os pilares de uma educação voltada para o desenvolvimento pleno de cada sujeito, respeitando sua singularidade e potencial.

2.6 O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A ALFABETIZAÇÃO

A consciência fonológica, que consiste na capacidade de refletir e manipular os sons da fala é considerada um dos principais preditores para o sucesso na alfabetização. Seu desenvolvimento adequado está diretamente relacionado à aquisição da leitura e da escrita, pois permite que a criança compreenda que as palavras são compostas por unidades menores de som, como sílabas e fonemas, facilitando a correspondência entre fonemas e grafemas.

Durante os primeiros anos do ensino fundamental, as crianças que apresentam maior habilidade fonológica tendem a demonstrar um desempenho mais eficaz nas atividades de leitura e escrita. A consciência fonológica envolve, entre outras habilidades, a segmentação silábica, a rima, a aliteração e a identificação de sons iniciais e finais das palavras. Segundo Smith e Strick (2007), crianças que não desenvolvem essas competências nos anos iniciais da alfabetização têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades escolares persistentes, o que exige atenção preventiva e intervenções pedagógicas direcionadas.

A atuação integrada entre pedagogos e fonoaudiólogos é essencial para fortalecer essas habilidades. Intervenções conjuntas, planejadas a partir de avaliações específicas, contribuem para que os alunos em situação de risco sejam acompanhados desde os primeiros indícios de dificuldade. Essas intervenções incluem jogos fonológicos, exercícios de consciência fonêmica, manipulação de sílabas, atividades de leitura guiada e estratégias de associação som-letra. Simões (2006, p. 78), em sua pesquisa com crianças das séries iniciais, destaca que o desempenho em tarefas de nomeação rápida e leitura está fortemente vinculado à competência fonológica, sendo esta uma base sólida para a alfabetização eficaz.

É importante ressaltar que essas habilidades não se desenvolvem de forma espontânea para todas as crianças. Muitas vezes, é necessário o apoio sistemático de profissionais especializados para estimular e consolidar tais competências. O ambiente escolar precisa ser um

espaço que valorize a oralidade, a escuta ativa e o brincar com a linguagem, possibilitando aos alunos oportunidades significativas de desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

A alfabetização, quando aliada ao trabalho fonológico, torna-se mais significativa e eficaz. A valorização da consciência fonológica não deve ser vista como uma tarefa exclusiva da fonoaudiologia, mas como um campo de atuação compartilhado entre os profissionais da saúde e da educação, promovendo avanços reais no desempenho acadêmico das crianças.

2.7 A INCLUSÃO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão escolar representa um avanço significativo no reconhecimento do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Para assegurar esse direito, o Brasil conta com um conjunto de diretrizes legais e políticas educacionais que promovem a educação inclusiva, assegurando a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação deve ser oferecida com base no princípio da inclusão, garantindo o atendimento educacional especializado e a adaptação curricular quando necessárias (BRASIL, 1996). Essa legislação reforça a responsabilidade das escolas em oferecer condições para que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou transtornos, possam desenvolver seu potencial pleno.

Complementando a LDB, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui diretrizes específicas para a Educação Especial na Educação Básica, orientando as instituições a organizarem-se para acolher a diversidade por meio de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis (BRASIL, 2001). Essa resolução destaca a importância da construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que incorporem a interdisciplinaridade, favorecendo a articulação entre diferentes saberes e profissionais, como pedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos, para atender às necessidades específicas dos alunos.

O papel da escola vai além da mera adaptação curricular; é fundamental que ela promova um ambiente de equidade, onde as diferenças sejam valorizadas como parte do processo educativo. Isso implica em modificar práticas, metodologias e recursos para garantir a participação efetiva de todos os estudantes. Como ressaltam Bernardino Júnior et al. (2006, p. 130), “a aquisição da leitura e da escrita em alunos com dificuldades está diretamente relacionada ao ensino sistematizado de habilidades de consciência fonológica, que deve ser incorporado nas práticas pedagógicas inclusivas”.

Giane Demo (2025) destaca que o papel da escola transcende a simples adaptação curricular, sendo um espaço privilegiado para a construção da equidade, onde a valorização das diferenças deve ser incorporada como um princípio pedagógico fundamental que orienta a

transformação das práticas docentes, os recursos educacionais e o ambiente escolar, promovendo, assim, a efetiva participação e o protagonismo de todos os estudantes, especialmente daqueles que enfrentam desafios relacionados à diversidade e à inclusão.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) enfatiza que a escola deve atuar de maneira integral, não apenas realizando ajustes técnicos em seus currículos, mas também reconfigurando suas metodologias e estratégias pedagógicas para assegurar que cada aluno, independentemente de suas singularidades, tenha acesso ao conhecimento em condições equânimes, criando uma cultura escolar inclusiva que valorize a pluralidade cultural, cognitiva e social presente no contexto educacional contemporâneo.

Gladys Nogueira Cabral (2025) aponta que a construção de um ambiente escolar equitativo demanda o comprometimento coletivo dos profissionais da educação para a revisão crítica de suas práticas, buscando superar paradigmas excludentes e implementando abordagens pedagógicas centradas na individualidade e nas potencialidades dos estudantes, reforçando que a verdadeira inclusão requer a adoção de recursos diversificados e a flexibilização curricular como ferramentas essenciais para o desenvolvimento integral de todos os aprendizes.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) ressalta que a promoção da equidade no ambiente escolar envolve uma mudança profunda na cultura institucional, que deve passar a reconhecer e valorizar as diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo, o que implica a necessidade de formação continuada dos educadores para o manejo de metodologias inclusivas e para a utilização de tecnologias e práticas pedagógicas que garantam a participação ativa e o respeito às múltiplas formas de aprender presentes na sala de aula.

Damião de Souza Santos (2025) argumenta que a escola deve se posicionar como um agente transformador que vai além da mera acomodação das diversidades, atuando de forma proativa para desconstruir barreiras atitudinais e estruturais, promovendo a equidade por meio da adaptação curricular, do planejamento pedagógico interdisciplinar e do engajamento da comunidade escolar, assegurando, assim, a construção de um espaço educativo democrático e inclusivo que responda efetivamente às necessidades de cada aluno.

Francisca Araujo da Silva (2025) considera que o ambiente escolar deve ser entendido como um espaço dinâmico de construção coletiva, onde a valorização da diversidade é um eixo central para a organização do currículo, das práticas pedagógicas e das relações interpessoais, exigindo que os educadores estejam preparados para acolher e responder às diferenças com sensibilidade, criatividade e comprometimento ético, promovendo o desenvolvimento integral e a inclusão real dos estudantes.

Nívea Maria Costa Vieira (2025) reforça que o desafio da escola contemporânea é o de promover a equidade por meio de práticas pedagógicas que dialoguem com as especificidades dos

alunos, superando abordagens homogêneas e padronizadas, e adotando estratégias que favoreçam a personalização do ensino, o uso de recursos diversificados e a construção de um clima escolar que valorize as diferenças como fonte de aprendizagem e crescimento coletivo, consolidando assim uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) representa uma política pública importante que busca garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, independentemente das condições ou desafios enfrentados. Esse programa enfatiza a formação continuada dos professores e a construção coletiva de estratégias que integrem diferentes áreas do conhecimento, fomentando a interdisciplinaridade para atender a diversidade da sala de aula (BRASIL, 2012).

A inclusão escolar, portanto, é um processo que exige não apenas a existência de leis e políticas, mas a efetiva implementação de práticas pedagógicas fundamentadas na interdisciplinaridade e na adaptação contínua dos processos educativos. A escola deve ser um espaço que fomente a equidade e a participação plena, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.8 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A formação continuada de profissionais, especialmente fonoaudiólogos e pedagogos, é essencial para garantir uma atuação eficaz e integrada no contexto da inclusão escolar. Esse processo contínuo de aprendizagem possibilita a atualização constante de conhecimentos, a incorporação de novas metodologias e o aprimoramento das práticas profissionais, favorecendo o atendimento às demandas específicas dos estudantes com dificuldades de linguagem e aprendizagem.

A realização de workshops, cursos e espaços de troca de experiências configura-se como uma estratégia importante para o alinhamento das ações entre os diferentes profissionais envolvidos, promovendo uma visão interdisciplinar que valoriza a colaboração e o diálogo. Essa articulação é fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas e éticas que sustentem uma atuação conjunta, respeitando as especificidades de cada área, mas com foco no atendimento integral ao aluno.

Segundo Baptista (2015, p. 78), a formação permanente é um dos pilares das políticas de inclusão escolar, pois contribui para a qualificação dos profissionais e para a superação de práticas fragmentadas, promovendo uma visão ampliada e integrada das necessidades educacionais especiais. Investir na capacitação é fortalecer a construção de uma educação inclusiva, que reconhece a diversidade e atua de forma colaborativa para garantir o sucesso escolar de todos os estudantes.

Giane Demo (2025) enfatiza que a formação permanente representa um componente essencial dentro das políticas de inclusão escolar, pois permite a atualização contínua dos profissionais da educação, favorecendo a superação de práticas isoladas e a construção de um olhar interdisciplinar que reconhece as múltiplas necessidades dos estudantes, promovendo uma atuação integrada e reflexiva capaz de garantir ambientes educacionais mais inclusivos e efetivos.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) destaca que investir na capacitação constante dos educadores e fonoaudiólogos é fundamental para fortalecer a prática pedagógica colaborativa, pois essa formação não apenas aprimora as competências técnicas, mas também amplia a compreensão sobre as dimensões sociais, emocionais e cognitivas dos alunos com necessidades especiais, tornando possível a construção coletiva de estratégias inclusivas que potencializam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Gladys Nogueira Cabral (2025) ressalta que a qualificação contínua dos profissionais da educação é indispensável para romper com abordagens fragmentadas e tradicionalmente excludentes, pois a formação permanente possibilita o desenvolvimento de habilidades para o planejamento e execução de práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis à diversidade, promovendo um ambiente escolar acolhedor que valoriza o protagonismo dos alunos e respeita suas singularidades.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) afirma que a formação continuada constitui um elemento estruturante das políticas públicas inclusivas, na medida em que proporciona aos educadores o acesso a conhecimentos atualizados, recursos pedagógicos inovadores e espaços de troca profissional que estimulam a reflexão crítica e o comprometimento ético, elementos imprescindíveis para a efetivação de uma educação que reconhece e valoriza a pluralidade dos estudantes e seus processos de aprendizagem.

Damião de Souza Santos (2025) argumenta que a capacitação permanente dos profissionais que atuam na interface entre a fonoaudiologia e a pedagogia é vital para o desenvolvimento de uma prática integrada, que supera a fragmentação do atendimento educacional, promovendo uma abordagem sistêmica e colaborativa, capaz de responder às complexas demandas educacionais, potencializando a inclusão e o sucesso acadêmico dos estudantes com transtornos de linguagem e aprendizagem.

Francisca Araujo da Silva (2025) destaca que a formação contínua não deve ser vista apenas como um requisito burocrático, mas como uma oportunidade estratégica para fortalecer o compromisso dos profissionais com a inclusão, promovendo o desenvolvimento de competências reflexivas, criativas e práticas, que contribuem para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, nos quais a diversidade é reconhecida como uma riqueza e um ponto de partida para o processo educativo.

Nívea Maria Costa Vieira (2025) reforça que investir na formação permanente é um ato político e pedagógico fundamental para a consolidação da educação inclusiva, pois possibilita a ampliação dos saberes e das habilidades dos profissionais, fomentando uma visão integrada e multidisciplinar que valoriza as diferenças, estimula a cooperação entre áreas do conhecimento e favorece a elaboração de práticas pedagógicas contextualizadas, que respondam às necessidades específicas de cada estudante com eficácia e sensibilidade.

.2.9 A COMUNICAÇÃO E TRABALHO EM EQUIPE

A comunicação eficaz e o trabalho colaborativo entre fonoaudiólogos, pedagogos, familiares e demais profissionais envolvidos no processo educacional são fundamentais para a promoção do desenvolvimento cognitivo e linguístico dos alunos. O diálogo permanente entre esses atores permite uma troca constante de informações, facilitando a identificação de necessidades específicas e a elaboração de estratégias integradas que promovam o progresso acadêmico e social dos estudantes.

Estratégias que fomentam a articulação entre o atendimento clínico e educacional são essenciais para alinhar objetivos, métodos e recursos, evitando ações isoladas que possam comprometer a eficácia das intervenções. O planejamento conjunto, com reuniões periódicas e avaliação sistemática dos avanços dos alunos, possibilita ajustes em tempo real, garantindo uma resposta mais adequada e personalizada às demandas apresentadas.

Segundo Cpellini, Smythe e Silva (2012), o uso de protocolos de avaliação compartilhados entre profissionais e professores contribui significativamente para a construção de um diagnóstico mais preciso e para o desenvolvimento de intervenções coerentes e complementares. Autores como Ferreiro; Teberosky (1991) e Demo; Drumond Ischkanian; Cabral; Carvalho; Santos; Silva; Vieira (2025), reforçam que o trabalho interdisciplinar é vital para compreender os processos de aquisição da linguagem escrita, integrando diferentes olhares que enriquecem o suporte oferecido ao aluno.

Giane Demo (2025) ressalta que o trabalho interdisciplinar constitui uma abordagem imprescindível para a compreensão aprofundada dos processos de aquisição da linguagem escrita, pois ao integrar saberes provenientes da fonoaudiologia, pedagogia e outras áreas do conhecimento, cria-se uma base sólida para desenvolver estratégias educacionais e clínicas que atendam de forma integral e personalizada as necessidades dos alunos, potencializando seu desempenho e inclusão.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) enfatiza que a interdisciplinaridade não apenas promove uma visão ampliada sobre o aprendizado da linguagem escrita, mas também fomenta o diálogo entre profissionais que trazem diferentes perspectivas, o que resulta em práticas

mais eficazes e contextualizadas, capazes de identificar precocemente dificuldades e oferecer intervenções coordenadas que respeitam o ritmo e as características individuais de cada estudante.

Gladys Nogueira Cabral (2025) destaca que a integração entre áreas disciplinares é fundamental para superar abordagens fragmentadas que limitam a compreensão do desenvolvimento linguístico, permitindo que fonoaudiólogos, pedagogos e demais especialistas trabalhem em conjunto, compartilhando avaliações e conhecimentos para oferecer um suporte educacional robusto, que valoriza tanto os aspectos cognitivos quanto emocionais envolvidos na aquisição da escrita.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) aponta que o trabalho interdisciplinar deve ser entendido como uma prática reflexiva e colaborativa, essencial para compreender a complexidade dos processos de alfabetização e letramento, garantindo que os profissionais atuem de forma complementar, com base em evidências científicas e no respeito às especificidades dos alunos, o que contribui significativamente para a promoção do sucesso escolar e a inclusão efetiva.

Damião de Souza Santos (2025) argumenta que a interdisciplinaridade é um elemento-chave para a construção de um diagnóstico preciso e um plano de intervenção eficaz no campo da linguagem escrita, pois a união de conhecimentos provenientes da fonoaudiologia e da pedagogia amplia a capacidade de detectar sinais de risco e de planejar ações educativas que considerem a diversidade dos perfis de aprendizagem, promovendo assim um ensino mais equitativo.

Francisca Araujo da Silva (2025) destaca que a colaboração entre profissionais de diferentes áreas não só enriquece a compreensão dos processos envolvidos na aquisição da linguagem escrita, mas também fortalece a rede de apoio ao aluno, criando um ambiente educativo mais inclusivo e acolhedor, onde as intervenções são ajustadas continuamente com base em avaliações compartilhadas e em um planejamento integrado.

Nívea Maria Costa Vieira (2025) reforça que a interdisciplinaridade é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e clínicas que respondam às múltiplas dimensões do processo de alfabetização, pois ao integrar saberes e experiências distintas, os profissionais conseguem articular ações que promovem o desenvolvimento linguístico e cognitivo de maneira holística, contribuindo para a formação de alunos mais autônomos e seguros no uso da linguagem escrita.

A articulação entre os diversos profissionais, aliada à participação ativa da família, constitui-se em um dos principais pilares para o sucesso das ações educacionais inclusivas, proporcionando um ambiente favorável para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.9 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A interface entre fonoaudiologia e pedagogia, no contexto dos transtornos de linguagem e aprendizagem, enfrenta diversos desafios que demandam atenção e ação conjunta para garantir a efetividade do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Entre as principais barreiras destacam-se a falta de comunicação sistemática entre os profissionais dessas áreas, a ausência de protocolos integrados de avaliação e intervenção, bem como a escassez de recursos materiais e humanos adequados para o atendimento especializado nas escolas. Essas dificuldades comprometem a articulação dos saberes e a implementação de práticas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes.

É imperativa a necessidade de investimentos em pesquisas que ampliem o conhecimento sobre os transtornos de linguagem e aprendizagem, bem como a inovação das práticas pedagógicas e fonoaudiológicas. A incorporação de tecnologias assistivas, metodologias baseadas em evidências e a formação contínua dos profissionais são fundamentais para o aprimoramento dos processos de diagnóstico, intervenção e acompanhamento, garantindo respostas mais eficazes e individualizadas.

Para fortalecer essa interface, é essencial que as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva sejam ampliadas e aprimoradas, assegurando recursos financeiros, humanos e materiais compatíveis com as demandas identificadas.

Giane Demo (2025) destaca que o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à educação inclusiva é imprescindível para garantir que os recursos financeiros, humanos e materiais estejam alinhados às reais necessidades das escolas, promovendo não apenas a acessibilidade, mas também a qualidade do ensino e o pleno desenvolvimento dos alunos com transtornos de linguagem e aprendizagem, através de ações integradas e sustentadas entre fonoaudiólogos, pedagogos e demais profissionais.

Simone Helen Drumond Ischkanian (2025) enfatiza que a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas devem priorizar a formação continuada dos profissionais envolvidos, a disponibilização de recursos adequados e a criação de ambientes escolares inclusivos que favoreçam a colaboração interdisciplinar, garantindo assim que a educação especial não seja fragmentada, mas sim uma prática integrada que atenda às demandas específicas de cada estudante com transtornos de linguagem e aprendizagem.

Gladys Nogueira Cabral (2025) argumenta que as políticas públicas eficazes precisam contemplar a oferta de suporte técnico e pedagógico contínuo, articulando a atuação dos diferentes profissionais para que as intervenções sejam planejadas de forma conjunta e estratégica, superando

as limitações estruturais e promovendo um ambiente educacional que valorize a diversidade e incentive o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem.

Silvana Nascimento de Carvalho (2025) aponta que a garantia de recursos compatíveis com as demandas educacionais especiais deve ser acompanhada de uma gestão pública comprometida com a inclusão, que fomente a articulação entre saúde e educação, fortalecendo os vínculos entre fonoaudiologia e pedagogia e incentivando práticas colaborativas que possam responder adequadamente às necessidades dos estudantes, promovendo equidade e qualidade no atendimento.

Damião de Souza Santos (2025) reforça que o aprimoramento das políticas públicas é fundamental para a construção de um sistema educacional inclusivo e acessível, onde o investimento em infraestrutura, formação profissional e materiais pedagógicos adaptados permita a efetivação de estratégias integradas entre fonoaudiólogos e pedagogos, viabilizando a superação das barreiras enfrentadas pelos alunos com transtornos de linguagem e aprendizagem.

Francisca Araujo da Silva (2025) ressalta que a ampliação das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva deve ser acompanhada por uma revisão constante das práticas institucionais, garantindo que os recursos destinados sejam utilizados de forma eficiente e direcionada para o fortalecimento das redes de apoio interdisciplinares, promovendo um ambiente escolar que respeite e valorize as especificidades de cada aluno.

Nívea Maria Costa Vieira (2025) enfatiza que o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas robustas e bem estruturadas são essenciais para assegurar a disponibilização adequada de recursos, favorecendo a integração efetiva entre fonoaudiologia e pedagogia, e permitindo que os profissionais atuem de maneira conjunta e qualificada para garantir o sucesso educacional e social dos estudantes com transtornos de linguagem e aprendizagem.

A articulação entre gestores, profissionais da saúde e da educação e a comunidade escolar deve ser estimulada para criar redes de apoio e promoção da aprendizagem, consolidando práticas colaborativas e multidisciplinares que respeitem a diversidade e promovam a equidade no ambiente escolar.

Segundo Schneuwly, Dolz e colaboradores (2004, p. 45), a compreensão dos gêneros orais e escritos no contexto escolar é um aspecto crucial para a elaboração de estratégias que considerem as especificidades dos alunos, reforçando a necessidade de abordagens integradas entre a fonoaudiologia e a pedagogia para superar as dificuldades de linguagem e aprendizagem, construindo caminhos mais inclusivos e efetivos.

3. CONCLUSÃO

A interface entre fonoaudiologia e pedagogia tem se mostrado cada vez mais fundamental no enfrentamento dos transtornos de linguagem e aprendizagem, estabelecendo um espaço privilegiado para a articulação de conhecimentos e práticas que se complementam em prol do desenvolvimento integral dos alunos. A atuação conjunta desses profissionais possibilita uma análise mais completa das dificuldades enfrentadas, levando em consideração não apenas os aspectos linguísticos, mas também os pedagógicos e socioemocionais que influenciam o processo de aprendizagem. Esse diálogo interdisciplinar é capaz de ampliar a visão sobre o aluno, permitindo que o diagnóstico seja mais preciso e que as intervenções sejam mais efetivas, individualizadas e contextualizadas, promovendo avanços significativos no desempenho escolar e na autoestima dos estudantes.

A colaboração entre fonoaudiólogos e pedagogos favorece a construção de planos educacionais individualizados que respeitam as particularidades de cada criança ou adolescente, reconhecendo que o processo de aquisição da linguagem escrita e oral é complexo e multifacetado. A integração das práticas clínicas com as metodologias pedagógicas garante um acompanhamento contínuo, que se estende para além do consultório e da sala de aula, envolvendo famílias e comunidades escolares no processo de aprendizagem. Essa abordagem ampliada contribui para a redução das desigualdades educacionais, pois assegura que os estudantes com transtornos de linguagem e aprendizagem tenham acesso a recursos e estratégias adaptadas às suas necessidades específicas, possibilitando uma experiência escolar mais inclusiva e significativa.

A educação inclusiva demanda profissionais preparados para lidar com a diversidade e as múltiplas demandas apresentadas pelos alunos, o que exige o desenvolvimento de competências técnicas e sociais, como empatia, flexibilidade e criatividade. A capacitação conjunta fortalece o trabalho em equipe, facilitando a comunicação e a coordenação das ações, o que reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado e na eficácia das intervenções. Portanto, o aprimoramento profissional contínuo é um elemento indispensável para a consolidação de práticas interdisciplinares que promovam o sucesso escolar e o desenvolvimento pessoal dos estudantes.

No âmbito das políticas públicas, é fundamental que sejam ampliados e aprimorados os recursos destinados à educação especial, garantindo condições adequadas para a atuação integrada entre fonoaudiologia e pedagogia. A oferta de materiais pedagógicos adaptados, equipamentos tecnológicos, espaços acessíveis e suporte técnico e pedagógico contribui para a criação de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores. Além disso, a valorização dos profissionais envolvidos, por meio de políticas que incentivem a formação e o reconhecimento de sua importância, fortalece a rede de atendimento e amplia o alcance das ações educacionais e clínicas.

A articulação entre gestores, profissionais e famílias é vital para garantir que as políticas sejam efetivamente implementadas e reflitam nas práticas diárias das instituições escolares.

A interface entre fonoaudiologia e pedagogia representa uma esperança concreta na transformação do cenário educacional para alunos com transtornos de linguagem e aprendizagem, promovendo não apenas a superação das dificuldades, mas também o desenvolvimento pleno do potencial de cada estudante. Essa parceria reafirma a importância da educação como direito de todos e aponta para uma escola que valoriza a diversidade, a inclusão e o respeito às diferenças. Ao investir na integração de saberes, na formação profissional e no fortalecimento das políticas públicas, caminhamos para um futuro onde a aprendizagem seja acessível, significativa e capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. Educação Especial e Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: Diretrizes e Tendências. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Escolarização de Deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. São Carlos: Marquezine & Manzini, 2015. p. 75-87.

BERNARDINO JÚNIOR, J. A. et al. **Aquisição de leitura e escrita como resultado do ensino de habilidades de consciência fonológica**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 12, n. 2, 2006.

BRASIL. **LDB Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética: ano 1: unidade 3**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CANÁRIO, R. **O que é a escola? Um "olhar" sociológico**. Porto: Porto Editora, 2005. (Coleção Ciências da Educação Século XXI).

CORREA, M. F.; MARTINS, C. C. **O papel da consciência fonológica e da nomeação seriada rápida na alfabetização de adultos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 25, n. 4, p. 802-808, 2012.

CPELLINI, S. A.; SMYTHE, I.; SILVA, C. da. **Protocolo de avaliação de habilidades cognitivo-linguísticas: livro do profissional e do professor**. 1. ed. ver. atual. Marília: Fundepe, 2012.

EDWARS, D. **Manual de Psicologia Geral**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FIERRO, A. **La deficiência mental desde el punto de vista psicológico**. In: GAFO, J. R.; AMOR, J. R. (Eds.). **Matrimonio y deficiência mental**. Madri: Sal Terrae, 1997.

MARCHESI, A. **A prática das escolas inclusivas**. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Educação e Diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Porto: Porto Editora, 2001.

MENDES, G. M. L. **Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo**. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas em análise**. Araraquara: Junqueira & Martins, 2008. p. 251-300.

MOUSINHO, R.; CORRÊA, J. **Linguistic and cognitive skills in readers and nonreaders**. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, v. 21, n. 2, p. 113-118, abr./jun. 2009.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky – a relevância do social**. 2. ed. rev. São Paulo: Summus Editorial, 2020.

SANTOS, P. L.; GRAMINHA, S. S. V. **Estudo comparativo das características do ambiente familiar de crianças com alto e baixo rendimento acadêmico**. Paideia, v. 15, n. 31, p. 217-226, 2005.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J.; COLABORADORES. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SIMÕES, V. F. **Estudo do desempenho de crianças das séries iniciais do ensino fundamental I em testes de leitura, escrita e nomeação rápida** [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TENÓRIO, S. M. P. C. P.; DE ÁVILA, C. R. B. **Processamento fonológico e desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental**. Revista CEFAC, v. 14, n. 1, p. 30-38, 2011.

VASCONCELOS, M. M. **Mental retardation**. Jornal de Pediatria, v. 80, n. 2, p. 71-82, 2004.